



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Gabinete de Segurança Institucional  
Comitê Gestor da Segurança da Informação

Ata da 1ª Reunião Ordinária do ano de 2024

Em 30 de outubro de 2024, das 14h30 às 18h00, o Comitê Gestor da Segurança da Informação (CGSI) reuniu-se na Sala Plenária da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), situada no Setor de Autarquias Sul - SAUS, Quadra 06, Bloco H, 11º andar, CEP 70.070-940, Brasília/DF, para a 1ª Reunião Ordinária do ano de 2024.

## 1. PROCEDIMENTOS

### 1.1. Ritos iniciais e verificação do Quórum

Às 14h45 o Coordenador do CGSI abriu a 1ª Reunião Ordinária (1ª RO) do ano de 2024.

Inicialmente, o Coordenador informou que a reunião seria gravada com o objetivo exclusivo de facilitar a geração da ata. Tão logo a Secretaria-Executiva do CGSI elabore esse documento, a gravação e outros arquivos decorrentes dela serão descartados. Após pergunta do coordenador, nenhum dos presentes se opôs à gravação da sessão.

Em prosseguimento, conforme disposto no Decreto 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que instituiu o CGSI, e na Resolução nº 1 do CGSI, de 11 de setembro de 2019, procedeu-se, em primeira chamada, a verificação do quórum para a reunião. Constatou-se a presença de titulares e/ou suplentes de 32 das 40 instituições que compõem o CGSI, cumprindo a disposição do art. 10, § 1º, do Decreto 9.637/2018 quanto ao quórum para reuniões do Comitê.

Registrou-se também a presença de 3 representantes convidados da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

O presidente então autorizou a participação, na reunião, dos suplentes cujos respectivos titulares se encontravam presentes, situação na qual participariam apenas como ouvintes e, se o titular estivesse de acordo, poderiam se manifestar, porém, sem direito a voto.

A lista dos participantes da reunião encontra-se no anexo desta ata.

### 1.2. Aprovação da pauta

Procedeu-se, em seguida a aprovação da pauta previamente enviada aos participantes, conforme transcrita a seguir.

- 1) *Verificação do Quórum;*
- 2) *Aprovação da pauta da reunião;*
- 3) *Deliberação sobre a proposta de alteração da Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI).*

Verificada a inexistência de itens a serem inseridos ou excluídos da pauta proposta, esta foi aprovada por unanimidade.



### 1.3. Deliberação sobre a proposta de alteração da Política Nacional de Segurança da Informação

O Coordenador observou que a proposta de alteração da PNSI busca alinhamento do normativo aos padrões reconhecidos internacionalmente e às boas práticas na área de segurança da informação. A proposta do texto foi enviada aos integrantes do CGSI por e-mail, após reunião prévia realizada em 4 de outubro do corrente ano, e por meio do OFÍCIO CIRCULAR Nº 10/2024/CGGSI/DSI/SSIC/GSI/PR, de 18 de outubro de 2024.

Assim, passou-se à deliberação das alterações propostas pelos ministérios e órgãos integrantes do CGSI.

A primeira contribuição discutida foi apresentada pela Casa Civil da Presidência da República (CC/PR) quanto ao art. 2º, inciso I. Após discussão das propostas e consideração da sugestão apresentada pelo Ministério da Cultura (MC), foi definido o texto como “I – dos dados, dos ativos de informação e dos processos organizacionais”. **A proposta foi aprovada por unanimidade.**

No mesmo artigo, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) apresentou proposta para inclusão de referência ao Glossário de Segurança da Informação na PNSI, de modo a padronizar as definições constantes do normativo. Foi proposta pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) a inclusão de um parágrafo único contendo o texto “Os termos utilizados na Política Nacional de Segurança da Informação seguem as definições do Glossário de Segurança da Informação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.”. **A proposta foi aprovada por unanimidade.**

Quanto ao artigo 3º, o MGI apresentou contribuição para melhor especificação dos termos “interesses nacionais” constantes do inciso I. O coordenador apresentou a proposta do GSI/PR de manter os termos na redação do inciso, uma vez que tratam-se de termos utilizados com frequência em normativos, inclusive na Constituição Federal de 1988 (CF/88). **A proposta de manutenção do texto original foi aprovada por unanimidade.**

No mesmo artigo, no inciso III, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) apresentou a proposta de inclusão dos termos “e de dados sensíveis” na redação. Após debate na mesa, considerou-se que as questões apontadas pelo MJSP já estavam atendidas na redação do dispositivo. **A proposta de manutenção do texto original foi aprovada por unanimidade.**

Ainda no artigo 3º, quanto ao inciso VI, foram apresentadas propostas do MGI e do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMPE) que entendiam haver a necessidade de maior detalhamento nos aspectos relacionados à gestão de riscos. Após discussão na plenária, **a proposta de manutenção do texto original foi aprovada por unanimidade.**

O MJSP apresentou sugestão de inclusão um inciso VII na redação do artigo 3º com o texto “a proteção de ativos críticos da nação, com controles adequados para a gestão de incidentes, priorizando a detecção precoce, a contenção e a recuperação”. Após discussão na mesa, **o MJSP optou por retirar a proposta de alteração e a manutenção do texto original foi aprovada por unanimidade.**

O MGI apresentou proposta de alteração do artigo 4º, inciso I, alíneas “b”, “c” e “d”, para inserção dos termos “segurança dos”, “proteção das” e “salvaguarda das (...) dos”, respectivamente, no início do texto das alíneas. **A proposta de alteração do MGI foi aprovada por unanimidade.**

A Autoridade Nacional de Proteção de dados sugeriu, durante a reunião, a alteração do termo “privacidade”, citado no artigo 4º, inciso I, alínea “a” pelo termo “proteção”. Após discussão na plenária, **a proposta da ANPD de alteração do texto foi aprovada por unanimidade.**

Ainda no artigo 4º, o MJSP sugeriu a inclusão de dois incisos com os seguintes textos: “X - aprimorar a segurança na cadeia de suprimentos por meio de auditorias periódicas, exigindo que todos os terceiros e fornecedores sigam padrões de segurança.” e “XI - fortalecer a resiliência cibernética, com a adoção



de planos de continuidade de negócios que assegurem a recuperação rápida de incidentes de segurança.”. Após discussão e posicionamentos sobre o assunto, **a proposta do MJSP foi recusada por maioria simples, sendo registrado o voto contrário apenas do MJSP.**

No artigo 7º, o MGI sugeriu a reorganização dos parágrafos, incisos e alíneas para melhor exploração dos assuntos abordados. **A proposta do MGI foi aprovada por unanimidade.**

Em prosseguimento, ainda sobre o artigo 7º, foram analisadas propostas da CC/PR, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e do Ministério dos Transportes para alteração dos requisitos do gestor de segurança da informação. Após discussão e apresentação de opiniões de diversos ministérios: **a proposta de alteração na ordenação dos incisos foi aprovada por unanimidade; a manutenção do requisito de nível 15 para o gestor de segurança da informação, com flexibilização desse requisito de até dois níveis abaixo para os Ministérios nos quais o dirigente máximo seja de nível 15, foi aprovada por maioria simples, com votos contrários do Ministério do Turismo, do Ministério dos Transportes, do Ministério Planejamento e Orçamento e Ministério das Mulheres; e a proposta de substituição do termo “possuir” por “buscar” no outro inciso foi aprovada por unanimidade.**

O Ministério da Cultura propôs, durante a reunião, a inclusão de artigo para impossibilitar o acúmulo dos encargos de gestor de segurança da informação e de encarregado pelo tratamento de dados pessoais. **A proposta foi recusada por maioria simples.**

Ainda no artigo 7º, parágrafo 3º, inciso I, o Banco Central do Brasil (BCB) sugeriu a inclusão da possibilidade da coordenação do comitê interno de segurança da informação por uma estrutura superior à Secretaria-Executiva, para melhor adequação da composição do comitê às características do órgão. Dessa forma, o texto proposto pelo GSI/PR para o inciso I foi: “titular ou representante da Secretaria-Executiva ou de unidade equivalente ou superior, que o coordenará” **A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.**

No mesmo parágrafo, inciso VI, a CC/PR sugeriu a possibilidade de um representante do titular da unidade de tecnologia da informação do órgão ou da entidade integrar o comitê, em substituição ao titular. O GSI/PR, então, sugeriu a seguinte redação: “titular da unidade de tecnologia da informação do órgão ou da entidade ou representante designado por ele”. **A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.**

O MGI sugeriu a alteração do artigo 8º, inciso III, com substituição de “as instruções normativas” por “os normativos”, com a finalidade de abranger outros normativos publicados pelo GSI/PR, como portarias e normas complementares ainda vigentes. **A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.**

No artigo 12, inciso IV, o MGI fez a mesma sugestão de alteração de “as instruções normativas” por “os normativos”, pelo mesmo motivo apontado anteriormente. **A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.**

O MDIC sugeriu a inclusão de inciso para instituição de mecanismos de colaboração e normatizações conjuntas entre órgãos que possuam modelo de prestação de serviços compartilhados entre si. Após discussão na plenária, entendeu-se que já existem normativos que regulam as questões apontadas pelo MDIC, não cabendo menção na PNSI. O coordenador destacou, ainda, que a intenção da Política é que o órgão ou a entidade, independentemente do arranjo colaborativo existente, conduza e se responsabilize por suas atividades de segurança da informação. **A proposta de manutenção do texto original, sem a inclusão da sugestão do MDIC, foi aprovada por unanimidade.**

Também no artigo 12, o MGI sugeriu a inclusão de inciso com os seguintes termos: “XI – assegurar os recursos necessários para a adequada implementação da Política Nacional de Segurança da Informação e das ações de segurança da informação em um nível de relevância e prioridade adequadas e alinhadas com a estratégia e a consecução dos objetivos do órgão ou da entidade no cumprimento da sua missão institucional”. Após discussão entre os presentes, optou-se pela inserção de inciso com texto reduzido,



iniciando com os termos “planejar e alocar”, como segue: “XI - planejar e alocar os recursos necessários para a adequada implementação da Política Nacional de Segurança da Informação.”. **A proposta de alteração com o texto reduzido elaborado pelos presentes foi aprovada por unanimidade.**

Ainda no artigo 12, o MJSP sugeriu a inclusão de dois incisos, com os seguintes textos: “XI - monitorar os sistemas e infraestruturas críticas continuamente para detecção de anomalias e ameaças.” e “XII - realizar auditorias de segurança da informação, com periodicidade mínima recomendada anual, para verificação de conformidade dos controles e políticas de segurança da informação implementados.”. Após a leitura da proposta pelo coordenador, **o MJSP optou por retirar a sugestão, tendo em vista aspectos já abordados na reunião quanto a intenção da proposta da PNSI.**

Quanto ao artigo 15, o MGI sugeriu a inclusão dos termos “e o cumprimento” no texto, para melhor definição da competência de servidores e empregados públicos quanto a aspectos relacionados à segurança da informação. O GSI/PR apresentou a proposta de suprimir os termos “a observação” e manter somente “o cumprimento”, pois esses termos bastariam pra intenção do artigo. **A proposta de substituição dos termos “a observação” por “o cumprimento” foi aprovada por unanimidade.**

O MJSP sugeriu a inclusão da gestão de incidentes de segurança da informação no texto do decreto. O coordenador argumentou que a inclusão do artigo seria desnecessária, mas que o GSI/PR entendeu que parte do sugerido, quanto a atribuição do gestor de segurança da informação de “coordenar a gestão de incidentes de segurança e manter registros detalhados das ocorrências”, poderia ser inserida como inciso XI do artigo 12, que trata das competências do gestor de segurança da informação. **A proposta apresentada pelo GSI/PR de inclusão do conteúdo no inciso XI do artigo 12 foi aprovada por unanimidade.**

Por fim, o MJSP propôs, ainda, a inclusão de artigo para tratar de dados pessoais e sensíveis. Após discussão na mesa, entendeu-se que não cabe à PNSI abordar os referidos assuntos e **a proposta de inclusão foi recusada por unanimidade.**

## 2. ENCERRAMENTO

Após o fim das deliberações, o coordenador destacou as próximas ações de tramitação da proposta. Ela será enviada para análise da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, da CC/PR, e, após devida adequação aos aspectos jurídicos apontados, será reenviada, por ofício, aos órgãos e entidades integrantes do CGSI para última revisão antes de envio para apreciação do Sr. Presidente da República.

Não havendo mais temas a tratar, a RO foi declarada encerrada pelo Coordenador.

ANDRÉ LUIZ BANDEIRA MOLINA

Secretário-Executivo do CGSI